

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Rodrigo Maia)

DE 2005.

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Esporte acerca da execução orçamentária destinada a custear programas voltados para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Esporte, Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho, informações a respeito da execução orçamentária destinada ao custeio de obras e serviços de infra-estrutura para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

Para tal, entendemos ser de fundamental importância o detalhamento das seguintes informações:

- 1- Os contratos realizados entre o Estado e as empresas contratadas com a utilização de recursos repassados pelo Ministério do Esporte, incluindo os respectivos projetos, editais e o detalhamento do processo licitatório.
- 2- Os relatórios de acompanhamento das obras e serviços, bem como a constatação do cumprimento das exigências previstas no projeto, referentes à liberação das parcelas de pagamento do objeto contratado.
- 3- O detalhamento minucioso de todos os atos que motivaram os pagamentos de R\$ 499.067,40 e de R\$ 100.000,00 , empenhados em 23 de junho de 2004, a favor da SMP&B Comunicação LTDA.
- 4- Explicações acerca da baixa execução orçamentária realizada até 04 de novembro de 2005, que aponta para a utilização de apenas 8% da dotação total.
- 5- Explicações acerca do fato de o Comitê dos Jogos Pan-Americanos não ter recebido, até agora, nenhum recurso do Programa Rumo ao Pan.

Justificativa

Os escassos recursos públicos voltados para o investimento nas mais diversas áreas de atuação do Estado brasileiro demandam rigoroso controle e atenção por parte de toda a sociedade civil. Não são raros os episódios de desvios de recursos públicos que poderiam estar sendo melhor utilizados em ações sociais, de relevante e imediato interesse nacional.

As investigações realizadas pelas comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Congresso Nacional descobrem, a cada dia, novos indícios de que diversas fontes de recursos públicos foram dirigidas para o financiamento do “valerioduto”. E isso não exclui, como já demonstrado pelas investigações em curso, programas de elevado investimento público.

Salta aos olhos, segundo dados levantados junto ao SIAFI e o acompanhamento *in loco* das obras, a total dissonância entre os valores pagos, com recursos repassados pelo Ministério do Esporte, e as realizações até aqui verificadas nas obras de infra-estrutura para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

Destarte, o que se pretende, com essa iniciativa regimental, é exercer o controle constitucional atribuído a esta Casa, visando a garantir a correta utilização dos recursos públicos e evitando que princípios legais e morais sejam desvirtuados quando da realização dos gastos do Estado.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado Rodrigo Maia
Líder do PFL